RELATO DA XVIII REUNIÃO ORDINÁRIA DO PLENO EXECUTIVO DA CAISAN

DATA: 27 de fevereiro de 2015

HORÁRIO: 14h30 às 17h30

LOCAL: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, Esplanada dos Ministérios, Bloco C, 6º Andar, Sala de Reuniões nº 617.

P A U T A

1. Apresentação da agenda da CAISAN e do CONSEA para 2015 e informes sobre a V Conferência de SAN e seu processo preparatório (Secretarias-Executivas da CAISAN e CONSEA);
2. Novo Plano de SAN – levantamento de temas/desafios (Carmem Priscila Bocchi – Secretaria-Executiva CAISAN/MDS);
3. Breve apresentação dos resultados do Mapeamento de Segurança Alimentar e Nutricional nos Estados e Municípios (Patrícia Gentil – Secretaria-Executiva CAISAN/MDS);
4. Informe sobre a Plenária do Consea do dia 04 de março (Secretaria-Executiva do CONSEA);
5. Apresentação do Plano de Segurança Alimentar e Nutricional adotado pelos Chefes e Chefas de Estado da Comunidade dos Países Latino Americanos e Caribenhos – Milton Rondó - CGFOME/MRE);
6. Informe sobre a situação do Beribéri em 2014 (Eduardo Nilson – CGAN/Ministério da Saúde);
7. Outros informes; e
8. Encerramento.

Às 14h30, o Secretário-Executivo da CAISAN, Arnoldo de Campos, deu início à XVIII Reunião Ordinária do Pleno Executivo da CAISAN, na presença dos representantes dos seguintes órgãos: SG/PR, CC/PR, SPM/PR, SDR/MI, SEPPIR, FUNAI, FNDE, MMA, MDA, MDS, CONSEA, MS, MRE, CONAB/MAPA e MCTI.

ÓRGÃOS	REPRESENTANTES
SG/PR	Selvino Heck
SPM/PR	Diana Oliveira
CC/PR	Magaly Marques
SDR/MI	Marcelo Giavoni
SEPPIR	Givânia da Silva
FUNAI	Frederico Magalhães
FNDE	Solange Castro, Eliene Sousa
MMA	Jânio Coutinho
MDA	Marcelo Piccin, Onaur Ruano, Cibele de Oliveira
MDS	Juliane Perini, Michele Lessa, Priscila Bocchi, Cybelle Alves, Luna Borges, André Mattana, Patrícia Gentil, Elcio Magalhães e Ricardo Kaminski
CONSEA	Marcelo Gonçalves
MS	Eduardo Nilson
MRE	Milton Rondó
CONAB/MAPA	Luciano Corcino, Kelma Cruz
MCTI	Osório Coelho

Após aprovação do relato da XVII Reunião Ordinária do Pleno Executivo, realizada em 12 de novembro de 2014, Arnoldo de Campos apresentou a pauta da presente reunião, que foi aprovada.

1. Apresentação da agenda da CAISAN e do CONSEA para 2015 e informes sobre a V Conferência de SAN e seu processo preparatório (Secretarias-Executivas da CAISAN e CONSEA).

Arnoldo de Campos (SE-CAISAN) iniciou a reunião fazendo uma breve síntese social e política da gestão passada, relatando que, desde 2002, o tema de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é tratado como centro da política do governo, com o lançamento do Programa Fome Zero, a inserção do Direito Humano a Alimentação Adequada (DHAA) na

Constituição e o fortalecimento do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN). Foi nesse cenário que população brasileira passou a ter maior acesso à alimentação e a fome virou um fenômeno isolado no país, conforme comprovam os diferentes indicadores, como a redução da prevalência de desnutrição infantil e o aumento da renda.

Diante do atual cenário, Arnoldo evidenciou que o grande desafio da CAISAN, durante a atual gestão, será fazer com que a Câmara cumpra a sua missão e contribua com o CONSEA na agenda temática de SAN. Este novo cenário suscita também uma nova agenda de Segurança Alimentar e Nutricional: a necessidade de melhorar a qualidade da alimentação, por meio da oferta de alimentos mais saudáveis, diversificados e que respeitem a cultura alimentar local e com foco no combate à Insegurança Alimentar e Nutricional (INSAN) de comunidades específicas.

Diante do exposto, a CAISAN deverá ser um local estratégico para formulação de políticas, sendo a Conferência um momento de geração de orientações de trabalho para o novo período. Entre os papéis da CAISAN na Conferência, estão a articulação e a mobilização dos munícipios em participar dos processos e das discussões locais de SAN.

Michele Lessa (SE-CAISAN) completou o item relatando que foi encaminhado um calendário a todos os órgãos com as datas dos eventos da CAISAN e do CONSEA em 2015. Michele ressaltou a realização da 5ª Conferência entre os dias 03 e 06 de novembro, bem como dos eventos preparatórios, conforme detalhamento abaixo.

Encontros Temáticos	Data	Local
1º Encontro Temático – SAN na Amazônia	09 a 11 de junho	Belém - PA
2º Encontro Temático – Mulheres	08 a 09 de julho	Porto Alegre - RS
3º Encontro Temático – Água	18 a 19 de agosto	São Paulo - SP
4º Encontro Temático – População Negra	23 e 24 de setembro	São Luís - MA

Michele ressaltou ainda o envolvimento de todos os ministérios nos debates políticos, discussão dos documentos de subsídio dos eventos preparatórios, bem como da Conferência. Michele pactuou, com os órgãos presentes, as datas das próximas reuniões do Pleno da CAISAN, a serem realizadas anteriormente às agendas do CONSEA, conforme cronograma abaixo.

Atividade	Data	Local
XVIII Reunião do Pleno da Caisan	27 de fevereiro	Brasília - DF
XIX Reunião do Pleno da Caisan	22 de abril	Brasília - DF
XX Reunião do Pleno da Caisan	24 de junho	Brasília - DF
XXI Reunião do Pleno da Caisan	02 de setembro	Brasília - DF
XXII Reunião do Pleno da Caisan	21 de outubro	Brasília - DF
XXIII Reunião do Pleno da Caisan	25 de novembro	Brasília - DF

Marcelo Gonçalves (SE-CONSEA) evidenciou que o atual momento é de preparação da Conferência, com uma série de eventos. No entanto, a mobilização dos órgãos e sociedade civil já está sendo feita, bom como a produção de documentos de subsídio. No final de março, estarão disponíveis para apreciação o Caderno Orientador e o Documento de Referência da 5ª CNSAN.

Marcelo informou também que, anteriormente à Conferência, serão realizados um encontro de indígenas e uma oficina internacional, nos dias 01 e 02 de novembro, respectivamente. Para cada um desses eventos e para os encontros temáticos serão definidos grupos de trabalho para discussão da programação, conteúdo e seleção de vagas. Ressaltou a importância da participação da CAISAN nos mesmos.

Michele finalizou o item de pauta lembrando a todos da realização dos encontros das CAISANs e das Universidades, conforme detalhamento abaixo.

Atividade	Data	Local
9º Encontro das CAISANS	10 e 11 de março	Brasília - DF
1º Encontro com as Universidades	29 e 30 de abril	Brasília - DF
10º Encontro das CAISANS	14 e 15 de maio	Brasília - DF
11º Encontro das CAISANS	22 e 23 de setembro	Brasília - DF
2º Encontro com as Universidades	08 e 09 de outubro	Brasília - DF
12º Encontro das CAISANS	03 e 04 de novembro	Brasília - DF

2. Novo Plano de SAN – levantamento de temas/desafios (Carmem Priscila Bocchi – Secretaria-Executiva CAISAN/MDS).

Carmem Priscila (SE-CAISAN) informou que o Comitê Técnico de Monitoramento da CAISAN, durante reunião realizada em 24 de fevereiro, concluiu que a elaboração do PLANSAN 2016-2019 deve se antecipar à elaboração do novo PPA. A metodologia proposta pelo CT contém a realização de uma reunião intersetorial de trabalho para cada um dos grandes desafios a serem enfrentados pela SAN nos próximos anos.

Abaixo encontram-se os grandes temas propostos e apresentados pela Coordenadora.

TEMAS PROPOSTOS PARA A REALIZAÇÃO DE REUNIÕES DE TRABALHO COM VISTAS À ELABORAÇÃO DO NOVO PLANSAN
1. Insegurança Alimentar e Nutricional de grupos vulneráveis, com ênfase nos Povos e Comunidades Tradicionais, incluindo direito à terra e ao território e a vulnerabilização de grupos sociais rurais (povos indígenas, comunidades quilombolas, povos e comunidades tradicionais, assentados e trabalhadores sem terra).
2. Política de Abastecimento Alimentar de modo a promover o acesso regular e permanente da população brasileira a uma alimentação adequada e saudável.
3. Promoção da alimentação adequada e saudável e reversão das tendências de aumento das taxas de excesso de peso e obesidade, incluindo promoção da produção familiar agroecológica e sustentável de alimentos e de valorização e proteção da agrobiodiversidade.
4. Acesso à água como alimento e como recurso produtivo (incluindo fatores naturais como as mudanças climáticas).

Após aprovação da metodologia abordada, os órgãos sugeriram a inclusão de alguns itens nos temas: i) sistemas agroalimentares sustentáveis; ii) desperdício; e iii) inovação e tecnologia social.

Arnoldo e Selvino Heck (SG-PR) ressaltaram a importância do PLANSAN, a Conferência e o PPA terem vasos comunicantes. No entanto, os órgãos deverão ter uma estratégia para lidar com a sobreposição de seus cronogramas de elaboração.

3. Breve apresentação dos resultados do Mapeamento de Segurança Alimentar e Nutricional nos Estados e Municípios (Patrícia Gentil – Secretaria-Executiva CAISAN/MDS).

Patrícia Gentil (SE-CAISAN) apresentou os principais resultados do MapaSAN, elaborado em 2014, com o objetivo de coletar, no âmbito dos estados, Distrito Federal e municípios, informações sobre a gestão da Política Nacional de SAN e dos componentes do Sisan, incluindo as ações e equipamentos públicos de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN).

A validação do MapaSAN foi realizada na Comissão de Presidentes de Conseas Estaduais (CPCE) e no Pleno Executivo da CAISAN. As metodologias utilizadas foram diferenciadas para estados e municípios. O processo de elaboração, validação e implementação do MapaSAN nos estados foi organizado pela Secretaria-Executiva da Caisan Nacional em conjunto com o Consea Nacional, em dois blocos de questões: i) Identificação do Órgão Gestor; e ii) Gestão da Política de SAN.

Já o processo de elaboração, validação e implementação do MapaSAN 2014 nos municípios foi operado em conjunto com a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação do MDS (SAGI) e organizado em três eixos de questões: i) Identificação do Órgão Gestor; ii) Gestão da Política de SAN e Controle Social; e iii) Equipamentos Públicos de SAN.

Participaram do MapaSAN 2014 1.934 municípios, do quais 1.628 (84%) finalizaram o preenchimento do formulário eletrônico, número considerado para as análises.

Dentre os principais resultados encontrados no eixo de Gestão da Política de SAN e Controle Social, observou-se que 11% dos municípios têm uma secretaria de abastecimento alimentar; 28% dos municípios possuem Lei de SAN e 11% dos municípios já criaram suas Caisans, sendo a maioria vinculada às Secretarias de Assistência Social. Em relação aos dados dos Comseas, observou-se que 45% dos municípios possuem Comseas regulamentados, conforme a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Lei nº 11.346/2006).

Cerca de 19% dos municípios têm orçamento para as ações de SAN e 78% declararam que os recursos foram previstos total ou parcialmente no Plano Plurianual Municipal.

Alguns questionamentos foram feitos aos municípios com o objetivo de apoiar as ações e projetos do MDS, dentre os principais resultados, observou-se que: i) 64% dos municípios fazem algum tipo de assistência técnica rural para agricultura familiar; ii) 42% dos municípios apoiam as práticas de Agricultura Urbana; 75% dos municípios realizam ações de Educação Alimentar e Nutricional; 48% dos municípios possuem algum tipo de atuação na implantação

de cisternas para acesso à água. Patrícia explicou, ainda, que alguns desses dados estão sendo validados.

Tratando-se do diagnóstico dos equipamentos públicos de SAN, Patrícia explicou que os Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional (EPSAN) dividem-se em equipamentos de acesso à alimentação adequada saudável e de apoio ao abastecimento, à distribuição e à comercialização de alimentos.

No universo dos (1.628) municípios respondentes do MapaSAN, 112 municípios dispõem de 152 Restaurantes Populares; e 135 municípios declararam possuir 219 Cozinhas Comunitárias.

No âmbito do abastecimento, distribuição e comercialização de alimentos, existem 5.119 feiras em 1.176 municípios (72%); 1.331 feiras agroecológicas ou com produção orgânica em 624 municípios (38%); 951 mercados públicos em 621 municípios (38%), a maioria no NE em municípios de pequeno porte; 319 sacolões públicos em 110 municípios (6,8%); 124 bancos de alimentos, em 117 municípios, sendo que 84% estão em funcionamento, 7% estão paralisados, 9% em construção.

Patrícia ressaltou que este foi o primeiro levantamento realizado em nível nacional que traz dados inéditos para a gestão da Política Nacional de SAN e subsidia o processo de implementação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN).

Por fim, apresentou cronograma do MapaSAN 2015, conforme detalhamento abaixo.

AÇÕES	CRONOGRAMA 2015
Elaborar a proposta de questionário	Fevereiro a Abril
Organização do sistema e DCIVIP	Abril a Maio
Mobilização dos municípios	Abril a Junho
Contratação de consultoria	Março a Abril
Teste do sistema no ambiente do município e análise dos relatórios de saída	Maio
Prazo de preenchimento do Censo	Junho a Julho
Consolidação das informações (análise dos relatórios)	Agosto a Setembro
Divulgação de informações consolidadas	Outubro
Publicação	Outubro a Novembro

Arnoldo de Campos (SE-CAISAN) parabenizou a equipe e informou que o mapeamento realizado abre uma pespectiva diferente de gestão dos equipamentos, das informações e dos atores do SISAN, possibilitando a comunicação direta com os responsáveis e otimizando a gestão.

4. Informe sobre a Plenária do Consea do dia 04 de março (Secretaria-Executiva do CONSEA).

Marcelo Gonçalves (SE-CONSEA) relatou que a pauta da XVIII Plenária do CONSEA se dará sob dois pontos principais: i) impactos da Conjuntura Política e Econômica sobre as políticas sociais e sobre a Segurança Alimentar e Nutricional; e ii) apresentação da Nova Metodologia do PPA e interface com a Segurança Alimentar e Nutricional.

No primeiro momento da Plenária, o diálogo ocorrerá entre a Secretaria Geral da Presidência da República, na presença do ministro-chefe Miguel Rosseto, e a sociedade civil, com objetivo de atualização do cenário Político e Econômico e atuação do governo na atual gestão.

Marcelo informou, ainda, que no segundo momento da Plenária, a ministra do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campelo, fará encaminhamentos a partir dos debates gerados e por fim, o Ministério do Planejamento fará uma apresentação do novo Plano Plurianual (PPA) a fim de verificar como o CONSEA pode contribuir na interface Segurança Alimentar e Nutricional e PPA.

Marcelo ressaltou que, por ser a primeira plenária do ano, será um momento de recepção dos conselheiros para as aberturas oficiais de trabalho e, para isso, um Café da manhã Ecossocial do Cerrado será organizado, juntamente com o lançamento do livro "Alimentos Regionais - Ministério da Saúde".

5. Apresentação do Plano de Segurança Alimentar e Nutricional adotado pelos Chefes e Chefas de Estado da Comunidade dos Países Latino Americanos e Caribenhos – Milton Rondó - CGFOME/MRE.

Milton Rondó (MRE) informou que, durante reunião de 28 a 29 de janeiro, em São José da Costa Rica, foi aprovado o Plano da Comunidade de Estados Latino-Americanos e

Caribenhos (CELAC) para Segurança Alimentar, Nutrição e Erradicação da Pobreza, pelos Chefes e Chefas de Estado da Comunidade.

Dentre os principais pontos do Plano, Milton destacou a definição da Segurança Alimentar e Nutricional como estabelecida na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) e citações referentes ao fomento nas compras governamentais.

Quanto à dimensão de uso mencionada no Plano, Milton relatou que além de ações públicas para combater a desnutrição, sobrepeso e obesidade, também ganharam importância na agenda pública a regulamentação da publicidade de alimentos não saudáveis. Já no domínio da estabilidade, a América Central conta com órgãos públicos capacitados em manter estoques de alimentos para atender situações de emergência.

Milton ressaltou que o Plano incorpora uma visão integrada, considerando a natureza multidimensional de SAN, e em função da diversidade de condições na América Latina e no Caribe e as dinâmicas internas dos países e organizações. Nesta base, o Plano determina os seguintes pontos transversais e direcionamento de ações: i) enfoque em gênero; ii) povos indígenas e comunidades tradicionais; iii) processos de governança e de organização social; iv) desafios globais para erradicar a fome e a pobreza; v) acesso à água limpa e potável; e vi) produção sustentável.

Milton ressaltou que todas as linhas de ação e medidas concretas propostas no Plano serão abordadas, buscando fortalecer a governança global sobre estas questões e promovendo a participação adequada da sociedade civil, movimentos sociais e organizações; reconhecendo, também, a participação ativa dos povos indígenas de acordo com suas necessidades e características.

As linhas de ação citadas acima foram divididas em quatro pilares: i) Segurança Alimentar coordenada através da formulação e condução de políticas públicas nacionais e regionais para enfrentar os desafios da segurança alimentar (disponibilidade, acesso, utilização e estabilidade), com gênero e incorporação da perspectiva dos direitos humanos, em particular Estratégias direito Humano à Alimentação; ii) Acesso a uma alimentação segura, adequada, suficiente e nutritiva para todas as pessoas, especialmente os mais vulneráveis, culturalmente relevante, a fim de desenvolver plenamente e manter a comida faculdades físicas e mentais; iii) Nutrição e garantia de bem-estar, respeitando a diversidade de hábitos alimentares, para todos

os grupos vulneráveis; e iv) Produção estável e atenção a desastres de origem sócio- natural que pode afetar a disponibilidade de alimentos.

Por fim, Milton relatou a necessidade de participação do CONSEA no Codex Alimentar e a importância de se trabalhar a temática da saúde física e mental.

A partir da apresentação feita, os seguintes encaminhamentos foram dados:

- Formação de um grupo, com a participação da CGFOME, MDA, CONAB, FNDE e demais interessados, que irá discutir as demandas emergenciais da Cooperação Internacional no Plano da CELAC. A SE-CAISAN agendará a primeira reunião;
- Milton articulará espaço no monitoramento do Plano da CELAC; e
- CGFOME encaminhará o Plano da CELAC à CAISAN, para posterior encaminhamento das agendas prioritárias pelos ministérios.

6. Informe sobre a situação do Beribéri em 2014 (Eduardo Nilson – CGAN/Ministério da Saúde).

Eduardo Nilson (MS) informou que, em 2006, houve internação e óbito de alguns pacientes no estado do Maranhão, cuja causa não havia sido identificada. A Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS/MS) iniciou então uma investigação epidemiológica com alguns parceiros, chegando à conclusão de quadro clínico compatível com deficiência de tiamina, também denominada Beribéri.

Eduardo informou que o principal a ser considerado e tratado é a multicausalidade da doença, que está associada a condições de pobreza e fome, relacionando-se a situações graves de insegurança alimentar e nutricional, alimentação monótona, elevado teor de carboidratos simples e a alguns grupos de risco específicos como alcoolistas, gestantes, crianças e pessoas que exercem atividade física extenuante.

O quadro clínico da doença tmbém pode estar associado a outros tipos de patologias e seu tratamento está relacionado essencialmente à aplicação de tiamina.

Os primeiros quadros da doença foram identificados no Maranhão e houve redução dos casos neste estado. No entanto, a doença vem ganhando amplitude em outros locais, como Roraima e Tocantins, principalmente na população indígena.

A fim de facilitar a vigilânca da doença, o Ministério da Saúde (MS) estabeleceu um formulário de investigação clínica e de notificação dos casos de Beribéri, o FormSUS. O formulário potencioalizou o registro dos casos suspeitos e confirmados de Beribéri nos Estados do Maranhão, Roraima e Tocantins, em 2014.

Eduardo finalizou o seu informe resgatando alguns dos encaminhamentos do Ministério da Saúde para a atual situação: i) apoio ao setor saúde no enfrentamento do agravo, com organização da atenção, apoio institucional a estados e municípios, investigação e notificação dos agravos; ii) protagonismo na articulação intersetorial para eliminação do Beribéri – CAISAN; e iii) renovação dos compromissos para 2015 com o enfrentamento do Beribéri (PLANSAN).

Como encaminhamento, Michele Lessa informou que nos dias 10 e 11 de março, a presidenta da CAISAN de Roraima estará em Brasília, para o 9º Encontro das CAISANs, e uma reunião seria feita em conjunto com a SESAI e a FUNAI para tratar a temática.

7. Outros informes.

7.1. Criação do Comitê Técnico de Agricultura Urbana e Periurbana

Michele Lessa (SE-CAISAN) informou que foi aprovada na XVII Reunião Plenária do CONSEA, realizada no dia 24 de novembro de 2014, a criação do Comitê Técnico dedicado à elaboração de uma Política Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana.

Diante da recomendação encaminhada pelo CONSEA, Michele informou sobre a criação do Comitê, bem como questionou aos órgãos quais teriam interesse em compor a coordenação do Comitê.

Após discussão e aprovação da criação do Comitê pelos órgãos presentes, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) manifestou interesse em compor a coordenação do mesmo e os seguintes ministérios manisfestaram interesse na composição: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Ministério da Saúde (MS), Ministério do Meio Ambiente (MMA), Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR).

Arnoldo de Campos (SE-CAISAN) ressaltou a importância do Comitê ter um caráter temporário, com objetivo de entregar um produto ao CONSEA, que resulte em melhor

compreensão do Governo Federal sobre o tema. Além disso, informou que a coordenação do Comitê será feita pelo MDA e a CAISAN dará todo o suporte operacional e político para a execução do mesmo.

Arnoldo questionou ainda aos órgãos presentes a definição de Agricultura Urbana e Periurbana, visto que a primeira trata-se da agricultura no espaço urbano, que possui uma carência de Políticas Públicas de apoio aos estados para que esses possam explorar o potencial existente em suas cidades; já a Periurbana, deveria ser relacionada ao rural, que possui Políticas em curso, mas precisam ser ajustadas.

Nada mais havendo a tratar, às 17h30 deu-se por encerrada a reunião, da qual se lavrou o presente relato que, depois de aprovado, será assinado.